

FEMINISMO TRANSNACIONAL: ARTICULAÇÕES ESCALARES DA MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

TRANSNATIONAL FEMINISM: SCALAR ARTICULATIONS OF THE WORLD MARCH OF WOMEN

Caroline Arice SILVA¹

Artigo recebido em 11/12/2020, aceito em 29/06/2021, publicado em 20/12/2021.

Palavras-chave:

Feminismo
transnacional;
Marcha Mundial das
Mulheres;
Movimento social;
Vernacularização.

RESUMO

A abordagem atual do feminismo transnacional não é mais unidirecional, do Norte Global para o Sul Global, mas multidirecional e disperso - com seus objetivos e valores selecionados e adaptados ao contexto do território por atores locais. A Marcha Mundial das Mulheres, em 2020, completou 20 anos como movimento social transnacional e está baseada numa organização horizontal de uma rede de várias ONGs, sindicatos, associações comunitárias, movimentos indígenas, entre outros. O presente artigo, a partir de levantamento bibliográfico e de registros do movimento, faz uma análise, de como a Marcha Mundial das Mulheres formou-se entre o global e o local, além de apresentar suas articulações, no Brasil, para ações como a Marcha das Margaridas, uma relevante mobilização nacional protagonizada por trabalhadoras rurais.

Keywords:

Social movement;
transnational
feminism;
vernacularization;
World March of
Women.

ABSTRACT

The current approach of the transnational feminism is no longer unidirectional, from Global North to Global South, but multidirectional and dispersed – with its objectives and values selected and adapted to the context of the territory by local actors. The World March of Women, in 2020, celebrated 20 years as a transnational social movement, being based on a horizontal organization of a network of several NGOs, unions, community associations, indigenous movements, among others. This article, based on a bibliographic research and analysis of documents from the movement, examines how the World March of Women was formed between the global and the local, in addition to presenting its articulations, in Brazil, for actions such as the “Marcha das Margaridas”, a relevant national mobilization led by rural workers.

¹ Mestranda em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais (PUC-SP), com especialização em Comunicação Digital (Digicorp/ECA-USP) e graduação em Jornalismo (Faculdade Cásper Líbero). E-mail: carolarice@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

O processo de globalização é um ponto fundamental no crescimento da interdependência de ações sociais que passam a ser cada vez mais influenciadas por ações que se passam em outros lugares distantes. Em paralelo, a inclusão dos direitos das mulheres na agenda principal das organizações de direitos humanos foi um passo importante no ativismo feminista. A internacionalização da agenda feminista e o impacto da globalização marcam as ações políticas dos movimentos de mulheres nos anos 90 e no início do século XXI. A partir disso, observa-se a possibilidade de novas formas de organização transnacional feminista, do mesmo modo em que comunidades locais se tornam vulneráveis a acontecimentos e discussões globais.

Nesse contexto, nasce a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que começou a se organizar em 1998 e se concretizou em 2000, com sua primeira Ação Internacional. Hoje, a Marcha Mundial das Mulheres encontra-se presente em mais de 50 países e territórios do mundo. Combinar a auto-organização das mulheres com a aliança entre os movimentos sociais é parte dos seus princípios organizativos e de sua visão política. A Marcha caracteriza-se, diferentemente de outros movimentos transnacionais, por seu comprometimento com os feminismos populares de base (*grassroots*) e seu direcionamento à atuação local. A partir de levantamentos bibliográficos e de documentos públicos do movimento, propõe-se uma reflexão sobre as articulações escalares da MMM e apresentam-se exemplos de sua força mobilizadora em ações como a Marcha das Margaridas.

2. O FEMINISMO TRANSNACIONAL

O posicionamento dos “direitos femininos como direitos humanos” foi a estratégia principal do feminismo transnacional, nos anos 1990, para reivindicar a justiça de gênero. Esse posicionamento foi o resultado de uma série de conferências internacionais das Nações Unidas focadas nas mulheres, que começou em 1975 com uma conferência e fórum na Cidade do México, dando início à Década das Mulheres da ONU; evento que se concluiu em 1985, em uma conferência e fórum em Nairóbi, no Quênia. Dez anos depois, em 1995, em Pequim, na China, foi adotada a chamada Plataforma de Ação de Pequim, que incluía um foco específico na igualdade e bem-estar para mulheres e garotas².

Os movimentos feministas tiveram um papel central na ratificação de tratados internacionais. No entanto, essas declarações, convenções e tratados só trazem legitimidade e visibilidade às questões feministas

² Em 1975, ocorreu a I Conferência Mundial da Mulher sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, na Cidade do México. Em 1980, a II Conferência Mundial da Mulher aconteceu sob o lema “Educação, Emprego e Saúde”, em Copenhague. Já em 1985, houve a III Conferência Mundial sobre a Mulher com tema central “Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o Ano 2000”, em Nairóbi. Em 1995, ocorreu a IV Conferência Mundial sobre a Mulher com o tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, em Pequim.

trazidas em pauta, exercendo um efeito “moral” nos governos nacionais. Afinal, um país só pode avançar nessas questões a partir de leis e ações nacionais (Pitanguy, 2002, p. 816).

Conforme pontua Pitanguy (2002), na América Latina, durante os períodos ditatoriais, a agenda de direitos humanos estava centrada em direitos civis e políticos, com organizações da sociedade civil, tanto de âmbito internacional, como a Anistia Internacional, quanto de âmbito local, como as Mães da Praça de Maio na Argentina, focadas em criticar a violação de direitos humanos e dar visibilidade à repressão e atrocidades acometidas pelos regimes. A maior parte dos países da América Latina viveu a consolidação dos valores democráticos na década de 90, e as organizações de direitos humanos tiveram um papel importante no debate democrático e no reconhecimento da diversidade desses direitos.

De acordo com Pitanguy (2002), fazer com que a igualdade de gênero faça parte da agenda democrática de seus países é possivelmente um dos maiores desafios das feministas latino-americanas e, depois desse passo, é introduzir as questões de gêneros em discussões regionais. “A ponte entre o local e o global na defesa dos direitos humanos é um processo contínuo que se tornou ainda mais agudo com o avanço da globalização econômica e a necessidade urgente de estabelecer um nexo entre comércio e direitos” (Pitanguy, 2002, p. 818).

Como menciona McLaren (2017), por décadas, feministas do Norte Global, na arena internacional, estiveram focadas no avanço dos direitos políticos e legais das mulheres, dando pouca atenção a questões econômicas e sociais, que são fundamentais para tantas mulheres do Sul Global, reforçando a diferença de prioridades entre feministas do Norte Global e feministas do Sul Global. Ainda hoje, nota-se que muitas organizações feministas do Sul Global focam em pobreza, desigualdade e serviços básicos, enquanto grande parte das organizações do Norte Global está preocupada principalmente em expandir direitos civis e políticos para as mulheres.

Assim, uma das questões mais discutidas do feminismo transnacional é a falsa ideia de que direitos podem ser aplicados universalmente, deixando discussões de opressão estrutural, sistema econômico e injustiça social em segunda instância. Além disso, as ideias de liberdade individual e de direitos e de uma igualdade abstrata como universal imputam valores liberais ocidentais em outras culturas. Essa crítica recorrente ao feminismo transnacional ressalta que mesmo que se concorde sobre a importância dos direitos humanos, mulheres de distintas partes do mundo veem esses direitos de modo distintos.

O foco nos direitos políticos e civis defendidos pelas feministas liberais do Ocidente reforça uma perspectiva ocidental e global do Norte sobre os direitos que reflete sua posição dominante por meio da normalização de uma perspectiva pós-industrial rica, enfatizando os direitos civis e políticos, enquanto virtualmente ignora os direitos sociais e econômicos. Essa diferença no foco não apenas ressalta uma diferença de prioridades, mas também introduz

a dominação sistemática do Sul Global pelo Norte Global por meio de processos de colonialismo e neocolonialismo³. (McLaren, 2017, p. 133)

E, apesar, da pouca atenção dada a alguns grupos feministas do Norte sobre questões econômicas, de acordo com o Banco Mundial, os maiores afetados pela pobreza são mulheres e crianças⁴. Segundo relatórios da organização, além da grande representação das mulheres no mercado de trabalho informal, as mulheres ainda fazem a maior parte dos trabalhos não-remunerados no mundo, como cuidar das crianças, idosos e familiares doentes, e o trabalho doméstico. E, por mais que a globalização tenha aumentado o número de mulheres no mercado de trabalho formal, muitos trabalhos ainda não oferecem segurança, benefícios e salário decente, gerando impactos para a saúde dessas mulheres.

Quando se trata de um feminismo transnacional, a ideia ocidental de que religião e tradição podem ser facilmente deixadas de lado a favor de um individualismo desvaloriza o significado da cultura e seu impacto na identidade das mulheres. Essa desvalorização da cultura local é uma forma como o feminismo pode acabar reforçando o domínio hegemônico ocidental. Além disso, o individualismo baseado em escolhas - tradicional da teoria liberal - também ignora o contexto social e as circunstâncias materiais.

O feminismo decolonial, como proposto por María Lugones (2020), argumenta que a lógica dos eixos estruturais mostra o gênero como formado por e formando a colonialidade do poder. Privilegiar a cultura e valores ocidentais contribui para uma visão reducionista de que as culturas não-ocidentais são estáticas, homogêneas e isoladas – ou seja, que não estão conectadas ou têm capacidade de adaptação.

Para evitar esse tipo de imperialismo, feministas internacionais, como Julieta Paredes e Lélia Gonzalez, apenas para citar algumas, têm se engajado num trabalho *cross-cultural* que leva em consideração as questões culturais e sociais locais. A abordagem feminista interseccional argumenta que gênero não pode ser separado de cultura, raça, etnia ou religião. Essa abordagem, como indica McLaren (2017), tem sido crucial para desafiar a hegemonia do feminismo branco, acadêmico e de classe média, que historicamente enfatizou gênero para encontrar o comum nas experiências das mulheres. A criação e sucesso de redes feministas transnacionais dependem do reconhecimento das diferentes identidades das participantes e do desenvolvimento de identidades coletivas.

Há dois aspectos na adoção de uma abordagem feminista transnacional para o engajamento cívico. Em primeiro lugar, uma perspectiva feminista transnacional concentra-se nos fluxos através das fronteiras; distinto de uma perspectiva internacional que privilegia as ações dos Estados. Uma abordagem feminista transnacional também coloca em primeiro plano a ideia de que “o local e o global não são definidos em termos

³ Tradução livre da autora.

⁴ Informação disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2018/10/17/nearly-half-the-world-lives-on-less-than-550-a-day-brazilian-portuguese>

de geografia física ou território, mas existem simultaneamente e constituem um ao outro”. Em segundo lugar, são as práticas do feminismo transnacional que o diferenciam. Essas práticas incluem “formas de aliança, subversão e cumplicidade dentro das quais assimetrias e desigualdades podem ser criticadas” (Parisi & Thornton, 2012, p. 217).

Lugares são constantemente produzidos por meio de relações e práticas sociais, que são inerentemente dinâmicas e conflitantes. Especialmente nas condições de globalização, os lugares não podem mais ser concebidos como locais pré-dados ou limitados. Os lugares estão sendo constituídos de maneiras significativas por forças e condições que surgem além do lugar, incluindo a globalização da produção, comércio e finanças, migração internacional, crises ambientais e movimentos sociais transnacionais⁵. (Conway, 2008, p. 212)

Conforme cita Desai (2002), o fluxo de ativismo e de ideias não é mais unidirecional, do Norte para o Sul, mas multidirecional e disperso em vários locais, onde são selecionados e adaptados a gerar mais reverberação com o contexto local. Naples (2002) também menciona que essa localização da identidade e estratégias dos movimentos feministas permite também uma melhor redefinição das formas de atuação a partir da evolução das dinâmicas da comunidade. A internet tem facilitado muito o processo de organização e conexão de movimentos. Assim, “as mulheres têm sido capazes de criar coalizões entre classes, entre raças e entre nações que são enriquecidas pela diversidade de recursos, de capacidade políticas, e de experiências” (Naples, 2002, p. 266).

2.1 A formação da Marcha Mundial das Mulheres como movimento social interestelar

Como indica Scherer-Warren (2006), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é um caso emblemático de luta transversal de direitos para a América Latina e para a sociedade global. A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres veio de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. Com essa ação, diversas reivindicações foram acatadas como o aumento do salário mínimo, mais direitos para mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. Na época, enquanto grande parte dos movimentos sociais estava focado na IV Conferência Mundial da Mulher da ONU, na China, as mulheres de Québec iniciavam a proposta de uma mobilização social a partir de uma agenda própria.

A Marcha Mundial das Mulheres nasce, assim, na proliferação de movimentos antiglobalização e opostos ao neoliberalismo. Constituíram-se comitês nacionais de coordenação em cada país, que redigiram plataformas de reivindicações e organizaram as ações e as marchas nacionais. A preocupação central era

⁵ Tradução livre da autora.

construir uma resposta à ofensiva conservadora e neoliberal em curso, com uma compreensão de como o patriarcado e o capitalismo se reforçam mutuamente.

Segundo Khagram, Riker & Sikkink (2002), movimentos sociais transnacionais são conjuntos de atores com objetivos comuns e solidariedades, vinculados através das fronteiras dos países e com a capacidade de gerar mobilização social coordenada e sustentada em mais de um país para influenciar publicamente a mudança social proposta. Em contraste com as redes e coalizões transnacionais, os movimentos sociais transnacionais mobilizam seus participantes transnacionais para a ação coletiva, muitas vezes por meio do uso de protesto ou ação disruptiva. A característica fundamental de um movimento social é a interpretação comum da realidade para nutrir solidariedade e identificações. Nesses movimentos, existe a identidade comum (o nós) e o alvo do protesto (o outro). Assim, movimentos não são organizações, mas uma conexão de vários atores.

Os teóricos do movimento social argumentam que a eficácia de um movimento em trazer mudanças sociais está ligada à sua capacidade de perturbar ou ameaçar uma ordem social (McAdam 1982; Tarrow 1998). Esperaríamos, então, que os movimentos sociais transnacionais, com sua capacidade de mobilização e desagregação, fossem mais eficazes do que outras formas de ação coletiva transnacional. Também esperaríamos que os movimentos transnacionais tivessem um nível mais alto de identidade coletiva transnacional. (Khagram, Riker & Sikkink, 2002, p.8)⁶

A MMM teve origem no questionamento do fato das conferências da ONU não tratarem dos aspectos estruturantes das desigualdades, base também do movimento antiglobalização iniciado com as manifestações de Seattle, ocorridas em novembro de 1999, em reação à reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nas Américas, a MMM está organizada em 17 países e territórios (Argentina, Brasil, Chile, Bolívia, Paraguai, Peru e Macrorrente do Peru, Venezuela, Panamá, El Salvador, Honduras, Guatemala, México, Cuba, República Dominicana, Estados Unidos e Quebec). Destacam-se as alianças internacionais com a CLOC/Via Campesina, com os sindicatos e a Confederação Sindical das Américas e o ambientalismo popular dos Amigos da Terra.

A capacidade da MMM de atingir um consenso global em demandas fundamentais está diretamente relacionada à formação das redes de solidariedade do movimento. Conforme menciona Scherer-Warren (2006), a MMM, como muitos movimentos sociais que se constituíram à luz dos movimentos antiglobalização, é uma rede Interorganizacional, mas, no momento de suas mobilizações na praça pública amplia-se consideravelmente com a presença de mais participantes. Como movimento social, constitui-se em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta de múltiplas articulações.

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o

⁶ Tradução livre da autora.

encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural. (Scherer-Warren, 2006, pp. 115-116)

Gallegos (2017) argumenta que para criar e manter as redes de solidariedade do feminismo transnacional, a existência de objetivos comuns e o desenvolvimento de uma identidade compartilhada por feministas de diferentes países devem ser elementos centrais do movimento.

Para ser mais específico, meu argumento geral é que quando indivíduos estabelecem e perseguem certos objetivos juntos, isso geralmente leva ao desenvolvimento e adoção de uma certa identidade social que é compartilhado por esses indivíduos, e que a adoção dessa identidade social é algo que molda os objetivos que esses indivíduos têm, tanto como indivíduos quanto como membros de um determinado coletivo⁷. (Gallegos, 2017, pp. 346-347)

Como comenta Nalu Faria (2012), coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, o movimento nasceu trazendo um debate crítico às causas estruturais da pobreza e também a possibilidade de construir uma articulação crítica pelas mulheres em relação à questão da economia.

Um grande desafio é a construção coletiva. Assim como não há saída individual para as pessoas, não há saída individual para os movimentos. Não é possível promover alternativas sistêmicas se estas são isoladas, e essa é uma razão pela qual a construção de alianças é estratégica. A cada dia encontramos mais e mais organizações nas ruas e na construção de alternativas, com elas forjamos novos vínculos que nos permitem sustentar e ampliar nossas lutas. Para nós, é tão importante fortalecer as alianças que construímos há anos quanto continuar a reconhecer os sujeitos políticos coletivos que promovem ações anti-sistêmicas e que ainda não incorporam a luta feminista. ***Documento das Américas no Encerramento da 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial da Mulheres, p. 30, Outubro 2020.***⁸

A MMM tem os seguintes campos de atuação: (1) Autonomia Econômica das Mulheres, (2) Bem comum e serviços públicos, (3) Paz e desmilitarização e (4) Fim da violência contra as mulheres⁹. Cada um desses campos de atuação possuem uma série de demandas e comprometimentos específicos do movimento a nível transnacional. Ou seja, são esses campos de atuação que direcionam as redes, protestos e mobilizações em cada um dos territórios em que a MMM atua.

O que se vê é que, por exemplo, a pauta dos direitos reprodutivos das mulheres não é uma das demandas fundamentais do grupo, exatamente por ir contra aos valores fundamentais de certos movimentos feministas religiosos e também de certas culturas. Como cita Nalu Faria (2012), em países da África, ainda é difícil a discussão de pautas de direitos reprodutivos como o aborto o que, portanto, dificulta uma ação transnacional nesse tópico.

⁷ Tradução livre da autora.

⁸ Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/10/DocAmericasPT.pdf>

⁹ Informação disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>

A transnacionalização das solidariedades significa que existe uma necessidade concreta de se chegar a um consenso global sobre análises de gênero, mesmo que continuem a existir divergências profundas em alguns dos conteúdos. Este trabalho político e esses conflitos sobre a definição do feminismo resultou em uma convergência de interesses e identidades entre as mulheres em todo o mundo, ainda que em nível geral, e no reconhecimento das formas comuns de opressão. Este é um passo crucial não apenas na construção de um movimento, mas também na construção de alternativas às desigualdades sociais, econômicas e políticas em múltiplas escalas¹⁰. (Dufour & Giraud, 2007, p. 1169)

O Brasil participou da MMM desde seu primeiro encontro internacional, em 1998, em Québec. Em outubro de 1999, foi realizada a primeira reunião nacional. A proposta foi dos grupos se encontrarem no primeiro Fórum Social Mundial (FSM), que aconteceu em Porto Alegre, em 2001. Além da realização dos encontros do FSM e a massificação da internet, um dos aspectos que contribuiu para a expansão da MMM no Brasil foi a organização das forças sociais de esquerda, no período, vindas dos pleitos eleitorais para presidente da república. A partir daí, a Marcha Mundial das Mulheres se fortaleceu no Brasil e aglutinou setores como o movimento autônomo de mulheres e o movimento popular e sindical, rural e urbano. Inicialmente, essa articulação deu-se por intermédio da Secretaria de Mulheres da CUT (na época, Comissão de Mulheres) e da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), que, atualmente, integra o Comitê Internacional da MMM.

Hoje, a Marcha Mundial das Mulheres está presente em 20 estados brasileiros e é organizada a partir de comitês estaduais que, em sua maioria, são compostos de representantes de outros movimentos. Como levantam Dufour & Giraud (2007), a forma global de organização interna da MMM é bastante descentralizada, focando na construção de uma rede de solidariedade a partir da experiência de empoderamento político. O cotidiano de trabalho da MMM é composto pela reunião de mulheres de várias ONGs, sindicatos, associações comunitárias, universidades, movimentos indígenas, entre outros.

A garantia de espaços de auto-organização das mulheres nos movimentos mistos é fundamental para o debate entre elas para que possam aprofundar suas reflexões, colocar seus questionamentos, pensar formas conjuntas de ação. Creio que as mulheres avançaram muito mais que os homens em relação ao debate de outro modelo que incorpore não só o feminismo, mas também uma visão ecológica. Isso faz parte também de um processo de conquista de mais autonomia. *Nalu Faria em entrevista a Tornquist & Fleischer* (2012, p. 301)

2.2 As formas de atuação da Marcha Mundial das Mulheres

Sob o lema “Resistimos para viver, marchamos para transformar”, a MMM utiliza historicamente manifestações tanto como ponto de partida quanto de conclusão de mobilizações por demandas de sua agenda feminista.

¹⁰ Tradução livre da autora.

Marchas, manifestações e protestos são táticas disruptivas por, além de dar visibilidade a ativistas e suas pautas, obstruir a rotina do local com ações não-violentas e procurar influenciar os atores em posição de poder. São, assim, atos para desafiar, resistir ou apresentar demandas às autoridades, indivíduos ou organizações, sendo um confronto público dos ativistas contra seus antagonistas.

A MMM nasceu e solidificou-se a partir de “mobilizações na esfera pública” que, segundo Scherer-Warren (2006, p. 112) são resultado da articulação de atores de movimentos sociais, ONGs, fóruns e redes de contato, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade por meio da mídia e efeitos político-pedagógicos para os próprios manifestantes e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo.

A Marcha Mundial das Mulheres, nestes 20 anos de trajetória, compreendeu as diferenças dentro do feminismo. Nossa organização sabe que as diferenças implicam em disputa de posições, mas também construção de consensos. O desafio é construir processos unitários, a partir do debate e da criação de agendas comuns que respeitem a diversidade, sem fragmentar a unidade necessária para a luta. **Documento das Américas no Encerramento da 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, p. 25, Outubro 2020¹¹.**

Conforme pontuam Dufour & Giraud (2007), houve uma mudança de escala na forma de atuação da MMM, que foi de uma atuação global focada em protesto contra instituições internacionais para uma construção de mais autonomia dos atores locais, criando um guarda-chuva de redes e coalizões, assim como de ações e demandas. Como menciona Maignashca (2011), ativistas feministas antiglobalização possuem o protesto como importante ferramenta para ação política, mas também atuam com cinco práticas adicionais: (1) *advocacy*, (2) produção de conhecimento, (3) prestação de serviços para mulheres, (4) educação popular e (5) criação do movimento a partir de alianças. Ou seja, a atuação desses grupos vai muito além da demanda de políticas para o Estado.

Isso não quer dizer que as feministas não estejam interessadas em abordar o estado - afinal, elas se engajam tanto em protesto quanto em *advocacy* -, mas que seu ativismo é igualmente orientado para promover uma transformação social mais ampla que envolve práticas que contornam o estado. Desse modo, suas ações coletivas não podem ser reduzidas à vitória ou derrota de aliados; ao contrário, deve ser entendido como um ativismo que busca empoderar as mulheres em suas lutas cotidianas e, assim, mudar lentamente o mundo em que vivem¹². (Maignashca, 2011, p. 541)

Assim, mais do que defender um conjunto específico de valores, movimentos feministas antiglobalização, como a MMM, demandam uma transformação social radical em que a injustiça social é desafiada e derrubada, por meio de passos incrementais. Essa transformação social acontece a partir de uma rede de organizações e

¹¹ Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/10/DocAmericasPT.pdf>

¹² Tradução livre da autora.

movimentos locais que são responsáveis por traduzir e conectar a atuação transnacional da MMM a contextos sociais locais. De acordo com Merry (2006), o “enquadramento” dos direitos humanos ao contexto é o que torna suas ideias ressonante com as tradições culturais e narrativas desse determinado local. A essa atividade, Merry (2006) chama de vernacularização.

Uma dimensão-chave do processo de vernacularização é o pessoal no meio: aqueles que traduzem os discursos e práticas da arena do direito internacional e das instituições jurídicas para situações específicas de luta e violação. Os intermediários ou tradutores trabalham em vários níveis para negociar entre os sistemas de significado local, regional, nacional e global. Os tradutores remodelam as agendas de direitos globais para contextos locais e reformulam as queixas locais em termos de princípios e atividades globais de direitos humanos¹³. (Merry, 2006, p. 39)

Na MMM, esses movimentos locais são os responsáveis por interpretar e apresentar as ideias e valores transnacionais do movimento de modo a gerar um engajamento coletivo e também definir estratégias apropriadas de ação. Esses intermediários, conforme Merry indica (2006), são responsáveis por transformar ideias globais de direitos humanos em termos simbólicos familiares e narrativas locais que dão vida e poder aos movimentos globais. Porque, para serem aceitas, essas ideias devem ser adaptadas à realidade local. Portanto, essas organizações como Via Campesina, MST e CONTAG devem falar a língua global dos direitos humanos para ganhar atenção da mídia local e internacional, por exemplo, ao mesmo tempo em que fazem esses direitos se materializarem em reivindicações locais e regionais.

Essas pessoas traduzem para cima e para baixo. Elas enquadram as questões locais retratando as violações dos direitos humanos. Elas traduzem as ideias e práticas transnacionais como formas de agrupamento a problemas locais específicos. Elas trabalham dentro de movimentos nacionais e transnacionais e discursos de justiça, procurando colocar as experiências de pessoas pobres em áreas urbanas e rurais nessas estruturas¹⁴. (Merry, 2006, p.42)

Além de eventos organizados em conjunto com parceiros locais, como é o caso da Marcha das Margaridas no Brasil, a MMM une-se com outros movimentos para discutir questões da economia feminista e propor mudanças para a sociedade. Em 2020, por exemplo, a Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia (REMTE) e a Amigos da Terra Internacional (ATI) convidaram a Marcha Mundial das Mulheres do Brasil para a realização do webinar “Economia feminista e ambientalismo para uma recuperação justa: olhares do sul”, que deu origem também a um documento publicado nas redes digitais da MMM.

O documento é síntese do debate com contribuições de integrantes de diferentes organizações e movimentos, além da REMTE e ATI, como Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e CUT Brasil, além de integrantes do MMM Brasil, Peru e Chile. Nele, enfatiza-se a “importância da construção coletiva, da

¹³ Tradução livre da autora.

¹⁴ Tradução livre da autora.

organização das classes e movimentos populares, e da reafirmação dos processos de luta e construção que vêm ocorrendo a partir dos povos”.

Temos muitas medidas para propor e pensar em conjunto, a partir dos diferentes movimentos sociais. Para a construção do internacionalismo, a luta dos sujeitos populares é fundamental e, por isso, precisamos de uma convergência de agendas dessa solidariedade internacionalista, que devemos cultivar e construir através da luta. **Documento de síntese do webinar “Economia feminista e ambientalismo para uma recuperação justa: olhares do sul”, p.8, Outubro 2020.**¹⁵

A parte final do texto pontua que “Nesse intercâmbio entre as diferentes organizações e movimentos do Sul Global, em seus espaços e alianças, estão as reais alternativas que expressam as práticas de organização popular recuperadas neste texto”. Assim, a MMM atua para empoderar movimentos locais, criar conexões e também dar visibilidade às suas demandas e lutas. Um exemplo desse processo no Brasil é a Marcha das Margaridas, que será aqui utilizado para ilustrar a articulação da MMM com as trabalhadoras rurais.

No Brasil, as trabalhadoras rurais foram pioneiras no processo de mobilização para a participação na Marcha Mundial das Mulheres, fortalecendo a dimensão internacional da luta feminista. Conforme cita Aguiar (2016, p. 261), “a participação política e as intervenções dos movimentos de mulheres rurais no espaço público, em geral, vêm contribuindo significativamente para o seu reconhecimento como sujeitos de direito”. Como citam Silva & Silva (2018), a experiência política de participação das trabalhadoras rurais na Marcha Mundial das Mulheres foi fundamental para a compreensão da dimensão internacional da luta e das consequências do neoliberalismo. Foi a partir da articulação com a MMM que a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG (CNMTR) organizou a primeira Marcha das Margaridas como uma ação em adesão a esse movimento.

É possível perceber que o contato das mulheres rurais organizadas em grupos e movimentos com o feminismo se deu de maneiras diferentes, de modo que os ideais feministas acabaram por penetrar nos seus espaços de atuação, incidindo sobre decisões e ações. Um valor central da MMM é a necessidade de mudanças estruturais na sociedade e nas relações sociais, ou seja, o questionamento sobre o atual paradigma hegemônico baseado na ideia de desenvolvimento neoliberal. A economia feminista traz um debate além do mercantil e monetário, centrado no mercado, buscando o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres no trabalho doméstico, de cuidados e para o autoconsumo.

A necessidade de destacar as pautas específicas das trabalhadoras rurais e das mulheres, de modo geral, exigiu uma nova forma de organização que permitisse uma articulação com outras expressões dos movimentos sociais de mulheres e de feministas no setor urbano e ampliasse a pauta para um combate anticapitalista. A organização em forma de Marcha se mostrou ser a mais adequada para as necessidades de ampliação e incorporação de outros

¹⁵ Disponível em: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/11/ATI-MMM-REMTE-Port-PAGES_compressed.pdf

movimentos e permitir maior visibilidade para as questões reivindicadas pelas trabalhadoras rurais. (I. Silva & B. Silva, 2018, p. 310)

A Marcha das Margaridas – cujo nome é uma homenagem à líder sindical rural Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 – aconteceu pela primeira vez em agosto do ano 2000, e foi então considerada uma das maiores manifestações públicas de mulheres trabalhadoras ocorridas em Brasília, decorrente de um amplo processo de mobilização nacional, com eventos regionais e municipais em todo o País, reunindo cerca de 20 mil mulheres procedentes de várias regiões brasileiras. Desde então, a Marcha das Margaridas passou a acontecer de quatro em quatro anos, com a realização das marchas em 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019, mostrando seu crescente poder de mobilização.

Quando surgiu, nos anos 2000, a Marcha das Margaridas propôs um formato organizativo e a formulação de uma estratégia de ação coletiva própria para dar reconhecimento e legitimidade à sua ação política, demonstrando uma grande força mobilizadora. Marchando, as mulheres trabalhadoras rurais, como se denominavam, adentraram o espaço público, reivindicando sua visibilidade e a afirmação de outras identidades na sua construção como sujeito político. (Aguiar, 2016, pp. 282-283)

A Marcha das Margaridas envolve várias organizações, entre as quais movimentos de mulheres e centrais sindicais, mobilizando mulheres de diversos segmentos sociais (agricultoras, camponesas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, acampadas, assentadas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, catadoras de mangaba etc). As parceiras na organização da Marcha das Margaridas foram se ampliando a cada edição, mas, desde o início, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Movimento Interestadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) já estavam presentes. Integravam a coordenação ainda a Central Única dos Trabalhadores (CUT) Nacional, a União Brasileira de Mulheres (UBM) e o Movimento de Luta pela Terra (MLT).

O resultado dessa articulação tem sido um conjunto de programas, políticas e ações que, trazendo o enfoque de gênero, acolheu as demandas apresentadas pelas mulheres do campo e da floresta, reconhecendo-as assim como sujeitos de direito e, ao mesmo tempo, contribuindo para diminuir as desigualdades sociais no espaço rural (Aguiar, 2016, p. 287). Algumas conquistas específicas podem ser listadas, como, por exemplo, a criação do Pronaf Mulher – modelo de financiamento à mulher agricultora, a criação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), a criação de ações voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas.

3. CONCLUSÕES

Considerando que os movimentos antiglobalização criticam o processo de globalização exatamente por impor ideais globais únicos e ocidentais, faz sentido que um movimento que nasce desse processo, como a Marcha Mundial das Mulheres, seja fragmentado, localizado e orientado ao contexto local de cada território em que atua. Assim, a MMM adota um trabalho de justiça social que inclui membros da comunidade local, considerando diversas identidades e posições de poder, além de diferenças culturais, religiosas e sociais, com campos de atuação baseados nas discussões econômicas e sociais. Com uma estrutura bastante horizontal, pouco hierárquica e caracterizada pela reciprocidade e diálogo, a MMM tem expandido sua rede de conexões.

Como um movimento social transnacional, a MMM atua a partir de mobilizações conjuntas e participa do processo de reinvenção dos espaços e relações políticas, já que possui essa dinâmica do local ao global, passando pelo regional. Criar uma solidariedade transnacional requer articulação e valorização das diferenças em todas essas escalas. O movimento transnacional feminista da MMM parece interessado em não falar pelos outros movimentos locais, mas dar espaço para que eles falem por si mesmos. A rede formada dentro do movimento conecta e empodera organizações, além de fornecer recursos, como informação, conhecimento, símbolos, apoios financeiros, entre outros, que possibilitam as mobilizações.

Desse modo, a MMM tende a fugir da dicotomia Sul Global vs Norte Global, dando autonomia às organizações que a forma, mas sempre enfatizando seus campos de atuação e demandas comuns das mulheres em diferentes partes do mundo. Essa interdependência e constituição mútua dentro do movimento possibilitou a criação de mobilizações como a Marcha das Margaridas que, nasceu da articulação da CONTAG com a MMM, e, que se tornou um dos maiores eventos na agenda feminista da América Latina, dando visibilidade às pautas das mulheres do campo, da floresta e das águas.

Assim, a MMM cria um movimento transnacional baseado numa rede de conexões, e num intercâmbio de experiências e atuações políticas de mulheres de vários territórios, mas sem apagar suas diferenças ou ignorar seus contextos locais. Por outro lado, o movimento continua a organizar marchas, publicar documentos e coordenar discussões que conectem as ações da América Latina e do mundo, de modo a criar estratégias e identidades fortes e coesas.

4. REFERÊNCIAS

- Aguiar, V. (2016). Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, (15).
- Basu, A. (2000). Globalization of the Local/Localization of the Global Mapping Transnational Women's Movements. *Meridians*. 1(1).
- Conway, J. (2008). Geographies of Transnational Feminisms: The Politics of Place and Scale in World March of Women. *Social Politics*.
- Della Porta, D.; Andretta, M.; Mosca, L. & Reiter, H. (2006). *Globalization from Below. Transnational Activist and Protest Networks*. University of Minnesota Press. Minneapolis – London.
- Desai, M (2002). Transnational Solidarity. Women's Agency, Structural Adjustment, and Globalization. In: NAPLES, N. & DESAI, M. *Women's Activism and Globalization*. Routledge: New York and London.
- Declaração da 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres 2020. Marcha Mundial das Mulheres, 17 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/10/1_4904676562667831619.pdf
- Documento das Américas no Encerramento da 5ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, Outubro 2020. Disponível em: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/10/DocAmericasPT.pdf>
- Documento de síntese do webinar “Economia feminista e ambientalismo para uma recuperação justa: olhares do sul”, Outubro 2020. Disponível em: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/11/ATI-MMM-REMTE-Port-PAGES_compressed.pdf
- Dufour, P. & Girard, I. (2007). Globalization and Political Change in the Women's Movement: The Politics of Scale and Political Empowerment in the World March of Women. *Social Science Quarterly*, 88(5).
- Gallegos, S. (2017). Building Transnational Feminist Solidarity Networks. In: MCLAREN, M. (ed). *Decolonizing Feminism Transnational Feminism and Globalization*. Rowman & Littlefield International Ltd.
- Kalil, L. & Marra, C. (2015). As contribuições da Marcha das Margaridas para o avanço da pauta agroecológica no Brasil. *Cadernos de Agroecologia*. 10(3).
- Khagram, S, Riker, J. & Sikkink, K. (2002). From Santiago to Seattle: Transnational Advocacy Groups Restructuring World Politics.
- Lugones, M. (2020). Colonialidades e gênero. In: Hollanda, H. (org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempos.
- Maiguashca, B. (2011). Looking Beyond the Spectacle: Social Movement Theory, Feminist Anti-globalization Activism and the Praxis of Principled Pragmatism. *Globalizations*. 8(4).
- Merry, S. (2006). Transnational Human Rights and Local Activism: Mapping the Middle. *American Anthropologist*, 108 (1).
- Mclaren, M. (2017). Decolonizing Rights: Transnational Feminism and 'Women's Rights as Human Rights. In: MCLAREN, M. (ed). *Decolonizing Feminism Transnational Feminism and Globalization*. Rowman & Littlefield International Ltd.
- Naples, N. (2002). The Challenges and Possibilities of Transnational Feminist Praxis. In: NAPLES, N. & DESAI, M. *Women's Activism and Globalization*. Routledge: New York and London.
- Parisi, L. & Thornton, L. (2012). Connecting the Local with the Global: Transnational Feminism and Civic Engagement. *Feminist Teacher*, 22(3).
- Pingret, A. (2013). Os movimentos sociais contemporâneos e a Marcha Mundial das Mulheres. *História: Debates e Tendências*, 13(1).
- Pitanguy, J. (2002). Bridging the Local and the Global: Feminism in Brazil and the International Human Rights Agenda. *Social Research*, 69(3).
- Prado, M. & Costa, F. (2011). Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. *Revista Sociedade e Estado*, 26(3).
- Reynaldo, R. (2016). *Marcha Mundial das Mulheres: Um Enfoque Pós/Decolonial sobre Interseções e Solidariedade no Feminismo Transnacional*. Tese submetida ao Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Ciências Humanas. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/168164/340386.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Scherer-Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, 21(1).
- Silva, I. & Silva, B. (2018). Margaridas em marcha por terra, água e agroecologia. *Lutas Sociais*, 22(41).

Tornquist, C. & Fleischer, S. (2012). Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(1).

World Bank Group (2020). *Poverty and Shared Prosperity 2020: Reversals of Fortune*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity>